

Resistências africanas ao domínio colonial português: um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné Portuguesa

Roberto Sousa Cordeiro¹

Altiere Dias²

Ismael Nery Gaspar Rodrigues³

Luciano Laet⁴

RESUMO

Nas lutas pela libertação das colônias portuguesas no território africano um personagem especial ganha destaque: Amílcar Cabral. Desde seus estudos universitários até as lutas dentro do PAIGC, podemos ver a constituição e ação daquilo que Gramsci determinou como um novo tipo de intelectual: “intelectual orgânico”. Esse articula em torno de si forças sociais revolucionárias capazes de gerarem um movimento de transformação social, que varre tudo aquilo que é retrógrado, antidemocrático, antinacional. Através da luta política, Amílcar Cabral solidificou suas posições intelectuais e influenciou decisivamente na construção do elemento nacional e identitário de Guiné-Bissau, contribuindo para a construção do Estado-Nação. Este artigo consiste no esforço teórico de estudar o processo de luta pela independência de Guiné-Bissau, baseado na figura de Amílcar Cabral. Dessa forma, tentaremos entender como tal líder conseguiu, em meio a uma pluralidade de culturas num mesmo território, formar um movimento aparentemente coeso e lutar por um objetivo maior: conquista da independência.

PALAVRAS CHAVES: Dominação colonial portuguesa, Amílcar Cabral, Partido Africano para a independência de Guiné e Cabo Verde, colonialismo português, fascismo português, movimento de libertação, nacionalismo africano, luta pela independência, intelectual, resistências africanas.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Atualmente, é aluno do Programa de Pós-Graduação em *Estado de Derecho y Buen Gobierno de la Universidad de Salamanca* (Espanha), mestrando em “*Democracia y Buen Gobierno*”.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Brasil. Atualmente, é aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade, mestrando em Sociologia.

³ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

⁴ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Amílcar Cabral foi um personagem emblemático nas lutas pela libertação das colônias portuguesas em África. Além de ser o principal organizador do processo de independência em Guiné-Bissau e Cabo Verde, teve uma atuação fundamental nos movimentos nacionalistas de Angola, Moçambique, etc. Ignatiev (1975) ressalta a atitude anti-hegemônica desse revolucionário que, mesmo inserido dentro da lógica de dominação colonial e vinculado a suas diversas instituições, conseguiu transcendê-las, num movimento de aliança com as classes subalternas da sua nação. O que facilitou a formação daquilo que Gramsci definiu como uma força “nacional popular” (BEIRED, 1998, P.125), base para a independência política.

Assim, a análise de sua vida nos permite entrever as diversas etapas da constituição de um “intelectual” no sentido mais proativo dessa palavra. Desde a sua vinculação ao grupo no qual gestou os seus ideais iniciais, reunidos em torno da **Casa dos Estudantes do Império**, da **Casa da África** e do **Centro de Estudos Africanos**⁵, até constituição do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), um instrumento de mobilização e mudança social, Amílcar Cabral se constituiu como uma figura pública que articulou em torno de si forças sociais revolucionárias.

Uma análise desse tipo, entretanto, constitui-se de uma empreitada cheia de armadilhas: implica olhar uma estrutura organizacional e institucional de uma sociedade dada não apenas os feitos heróicos de um indivíduo dotado de inteligência superior. Para atingirmos esse intento, portanto, devemos nos interessar mais, partindo das reflexões Gérard Leclerc (2004), ao estudo do ideólogo Amílcar Cabral, seu local de formação, seus modos de filiação, suas redes de sociabilidade. E também do modo como Gramsci conceitua o papel do “intelectual orgânico”⁶, cuja atividade diz respeito tanto à organização da cultura quanto de outras dimensões da sociedade no sentido de

⁵ A **Casa da África** havia sido criada por um grupo de intelectuais africanos em Portugal na década de 1920. Era um espaço de cunho cultural e político onde encontravam alguns africanos que residiam em Portugal: estudantes, operários, empregados, etc., essa casa era liderada por Raul de Castro (um jornalista profissional), sob controle do Ministério das colônias portuguesas. Enquanto a **Casa dos Estudantes do Império** era um espaço frequentado apenas pelos estudantes da colônia portuguesa, incluindo os estudantes africanos que faziam parte do MUD-Juvenil (Movimento da União Democrática Juvenil), entre os quais, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos. Nela, fazia-se festas, conseguia-se comida barata, e, sobretudo, pouso para as idéias e ideais. Por ultimo, **Centro de Estudos Africanos** foi fundado por estudantes africanos em Portugal, em 1951, nesse centro eles se encontravam para proferir palestras sobre problemas de África, lendo literaturas, livros sobre a geografia e história de África. Essa casa foi criada pelos referidos estudantes após uma tentativa fracassada que visava assumir a liderança da Casa da África (IGNATIEV, 1975, p 13).

⁶ Para maior compreensão sobre papel do “intelectual orgânico”, ver **GRAMSCI**, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

romper com aquilo que havia de retrógrado, de conservador, de antinacional, isto é, com a hegemonia do sistema colonial português.

O presente artigo joga luz sobre as fases do desenvolvimento da luta armada na Guiné-Bissau e do intelectual Amílcar Cabral, trazendo discussões que se concentrarão basicamente em três frentes, a saber, em primeiro lugar, uma análise que remonta às primeiras reuniões dos estudantes nacionalistas africanos em torno da Casa dos Estudantes do Império, da Casa da África e do Centro de Estudos Africanos, até o embrião do que seria o PAIGC. Esse período é marcado pela formação e vivência política e de engajamento social do futuro secretário-geral do referido partido.

Em um segundo momento, buscaremos trazer relatos históricos sobre os primeiros contatos dos portugueses com os grupos étnicos guineenses, isto é, a chegada dos portugueses no território denominado “Guiné Portuguesa” (hoje Guiné-Bissau), tendo em conta as resistências dos nativos de diferentes etnias, até o culminar da guerra de libertação, chefiada por Amílcar Cabral, sem necessariamente deixar de referir as questões coloniais em Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países que, como a Guiné-Bissau, faziam parte do vasto império marítimo português. Finalmente, procuraremos articular o papel do PAIGC como força catalisadora de transformação social, e a importância de Amílcar Cabral como figura central na constituição e desenvolvimento dessa organização e da posterior mobilização das massas (bases) para a luta contra o colonialismo⁷ português, levando em conta, também, os contextos e as questões que influenciaram o seu pensamento, pois, só podemos compreender o pensamento político de Amílcar e as resistências dos movimentos independentistas africanos a partir das considerações desses contextos.

Com base nos objetivos acima traçados, faz-se necessário guindar algumas indagações que nortearão as nossas discussões: Como se deu o processo da luta armada pela independência da Guiné-Bissau? Até que ponto Amílcar Cabral foi influenciado pela teoria marxista? Até que ponto o interesse internacional influenciou a luta de libertação na Guiné-Bissau? Por que não houve um acordo pacífico pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde? Até que ponto era preciso o uso da violência pela conquista da independência? A que se deve o êxito da luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde? De que forma os nacionalistas africanos conseguiram derrubar o colonialismo português? Onde foram lançadas as bases revolucionárias que culminaram

⁷ O conceito de **colonialismo** é aplicado a territórios ocupados e administrados por um governo da metrópole, em consequência de conquista – ou da colonização – de seus habitantes, aos quais se impõe uma autoridade estrangeira.

com a luta pela independência? Quais foram os fatores da descolonização da “Guiné portuguesa”? Na concepção de Amílcar Cabral, o que é uma resistência? Quais os tipos das resistências? Até que ponto Amílcar Cabral foi influenciado pela teoria de Gramsci?



2. A GERAÇÃO DE AMILCAR CABRAL DURANTE O REGIME FASCISTA

PORTUGUÊS: UMA GERAÇÃO DA UTOPIA

Com o advento da sociedade moderna, da ampliação da divisão do trabalho social a níveis jamais vistos, surgiu um novo tipo de intelectual. Se antes essa categoria social se encarnava no humanista italiano, marcado pelo diletantismo e pela crença na autonomia em relação a outros grupos sociais, e no clérigo, detentor do monopólio ideológico, nas sociedades surgidas do mundo medieval a figura do técnico formado num sistema educacional ganhou importância (GRAMSCI, 1995, p. 9). Leclerc (2004, p.42) chega mesmo a afirmar: “o intelectual é, de um ponto de vista histórico factual, em primeiro lugar um universitário”

Por isso uma análise que busque compreender a gestação de um “intelectual orgânico, capaz de articular sua especialidade técnica ao desenvolvimento de uma ação política e cultural de natureza hegemônica” (BEIRED, 1998, P.128) deve começar por uma instituição específica: a universidade. Com efeito, é fundamental, para entendermos aquilo que o revolucionário africano se tornou, voltar a atenção a seus anos de estudante colonial na metrópole.

Amílcar Cabral, filho de um funcionário colonial razoavelmente abastado, terminou brilhantemente seus estudos básicos na ilha de São Vicente, Cabo Verde, conquistando uma bolsa concedida pelo Ministério das colônias. Assim, matriculou-se em 1945 no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. E apesar da rigidez daquela instituição (dos 220 alunos iniciais só restaram 33 no terceiro ano do curso) ia passando de um ano para outro, formando-se em 1951 (IGNATIEV, 1975, p. 18). Tudo indicava que seguiria a trajetória de seu pai, tornando-se um eficiente funcionário da administração da colônia.

Assim como ocorreu com Amílcar, o governo fascista do “professor” Salazar permitiu que uma pequena quantidade de jovens africanos, oriundos das colônias portuguesas em África, adentrasse as portas de suas renomadas instituições, trazendo consigo malas, saudades de casa e um medo do modo como aquele mundo novo iria receber aqueles “homens de cor”. Havia estudantes de diversas nacionalidades: moçambicanos, angolanos, guineenses, etc. Não demorou muito para que Amilcar encontrasse acolhimento.

Esses estudantes se espalhavam por diversos cursos, medicina, economia, letras, entre outros, mas possuíam como ponto de encontro básico duas instituições colônias: **A Casa de África e a Casa dos Estudantes do Império**. Do grupo que surgiu ao redor da Casa dos Estudantes do Império iriam sair importantes personalidades na luta pela independência das colônias portuguesas em África: os angolanos Agostinho Neto e Mário de Andrade; moçambicano Marcelino dos Santos; guineenses e cabo-verdianos Vasco Cabral, Amilcar Cabral, etc. Encontravam-se também no **Centro de Estudos Africanos** (criado pelos referidos alunos africanos).

Gerard Leclerc, ao estudar movimentos intelectuais anteriores, considera duas fontes dos modernos intelectuais, o “intelectual” francês nascido do caso Dreyfus e a “inteligência” russa. Isto nos traz alguns pontos para caracterizar esse grupo africano. Esse autor encontrou três elementos comuns aos movimentos dos “jovens hegelianos”, dos bethamianos e dos saintsimonianos: 1) Presença de ideologias: sistemas globais que têm por objetivo o mundo e a sociedade; 2) Uma forma organizacional próxima à “seita”: um grupo de jovens pensadores em torno de um chefe, com uma hierarquia informal; 3) existência de um lugar privilegiado: um espaço público institucional, onde as idéias do grupo se elaboram coletivamente e se difundem num primeiro momento (LECLERC, 2004, p.44). Se usarmos esses elementos como “tipos ideais”, podemos obter algumas informações interessantes.

Quanto ao primeiro elemento, pela interpretação de Ignatiev (1975), podemos perceber que os jovens africanos estavam no entrecruzamento de diversas tendências ideológicas. Sob a opressão do regime salazarista, surgira uma série de movimentos democráticos, cujos debates e ações tiveram a calorosa participação dos estudantes. O marxismo, doutrina adotado por importantes países no contexto político internacional, também estava proliferando na sociedade portuguesa. Alguns estudantes possuíam vínculos estreitos com o Partido Comunista Português (PCP), como foi o caso de Vasco Cabral.

Em relação à organização como “seita”, talvez seja o elemento que menos se aproxima dos grupos estudados por Leclerc. Não havia nenhum grande mestre nem um grupo de discípulos. As relações eram mais de igual para igual, mas mesmo assim conseguimos entrever a importância de duas figuras: o próprio Amílcar pelo seu potencial mobilizador e pelo seu discurso forte e Vasco Cabral, que aparece como um personagem articulador, vinculado, entre outros movimentos, ao Movimento da União Democrática Juvenil (MDU-Juvenil) e ao PCP.

Quanto ao terceiro elemento podemos perceber que, além da Casa da África e da Casa dos Estudantes do Império, paradoxalmente instituições coloniais, os estudantes adequaram seus foros de discussões aos acasos políticos da época. Suas ações começaram a chamar a atenção da Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE), a polícia política do governo português. Quase foram presos pelos policiais da “PIDE” na tentativa sem êxito de tomar a direção da Casa de África. Assim, se encontravam, também, nas segundas-feiras no Centro de Estudos Africanos (uma casa próxima a agência dos correios) onde iam refletir sobre os seus antepassados. No momento de maior recrudescimento do governo salazarista, valeram-se até mesmo da sociabilidade permitida por um “inocente” jogo de futebol.

Ao longo desses anos Amílcar passou por uma sólida formação política. Sua participação nos movimentos, nas reuniões de formação e discussão, nas ações efetivas, clandestinas ou ilegais, permitiram uma boa preparação para a luta futura. Foi nesse contexto que começou a elevar-se da “técnica-ciência à concepção humanista histórica”, sem a qual se tornaria um bom especialista como seu pai, mas “não chegaria à dirigente” (GRAMSCI, 1995, p.8).

A posição política em favor das “classes subalternas”, usando o termo de Beired (1998, P.126), defendida por Amílcar Cabral, pode ser atestada em uma passagem interessante de sua vida. No Verão de 1949, Amílcar decidiu passar suas férias em Cabo Verde. E aproveitando a oportunidade que o único locutor da única rádio local, a Rádio Clube de Cabo Verde, estava de licença por dois meses, pediu ao governador que lhe desse o emprego, pois queria fazer um “ciclo de emissões culturais”. Nos poucos programas “A nossa Cultura” que dirigiu, o “radialista” falou sobre a história do arquipélago, sobre como os portugueses o descobriram, tocou música, falando da capacidade dos africanos de sentirem a melodia e a harmonia. Falou da cultura musical autóctone que tinha conseguido sobreviver, “apesar da forte influência europeia” (IGNATIEV, 1975, p. 29). O resultado não podia ser outro, o governador local o demitiu e ameaçou chamar a PIDE para prender o jovem estudante.

Gramsci (1978, p.12), falando sobre a necessidade dos intelectuais lutarem contra “uma concepção do mundo imposta do exterior, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão envolvidos”, afirmou que o modo de ser do novo intelectual, consiste num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”. Para tanto o intelectual não poderia se descolar da realidade de sua “província”, isso facilitaria a constituição de uma “força nacional popular” (BEIRED, 1998, P.126). Assim, logo que se formou, Amílcar decidiu retornar para Bissau. Afirma Ignatiev (1975: p.56), “a sua nomeação para a estação experimental de *Pessubé*⁸ lhe permitiria conhecer melhor a vida de sua gente, sem o que seria impossível preparar seriamente a estratégia da luta pela libertação do seu povo, contra o colonialismo português”.

Em suas andanças profissionais, entrou em contato com as misérias de seu povo. Numa manhã de Maio de 1953, Amílcar partiu com sua mulher, Maria Helena, para o arquipélago dos Bijagós, a fim de examinarem se umas terras daquela localidade serviam para a organização de uma espécie de filial da estação agrária experimental de *Pessubé*. Assim que chegou, entrou em contato com Ilário Lopes, um português, representante do governo colonial. E esse senhor chicoteou uma mulher porque estava ausente quando foi chamada. Amílcar demonstrou uma grande fúria e ordenou que o algoz parasse com o castigo (IGNATIEV, 1975, p. 60).

Foi nessa época que Amílcar Cabral começou a articular os trabalhadores da estação agrária que dirigia. Faziam reuniões discutindo os problemas do país e planejando a formação de organizações para combater a opressão portuguesa. Em 1953 participou de um recenseamento agrário em Bissau, o que lhe permitiu fazer contatos em diversas partes do território nacional, além de tomar conhecimento das particularidades de cada região. Também foi nesse período que militou no Movimento pela independência Nacional de Guiné Bissau, de caráter mais teórico do que prático, mas que se constituiu como um germe daquilo que viria a ser o PAIGC.

É interessante frisar que a geração de Amílcar Cabral foi uma geração que leu os mesmos livros, isto é, os homens dessa geração formaram-se em torno dos mesmos problemas, das mesmas preocupações. Todos eles, já em 1948 a 1949, seguiam, atentamente, o triunfo da revolução chinesa, os sucessos da URSS, seguiam o que passava na América do Norte, lendo os livros sobre os negros da América. Estavam também atentos ao que se passava no Brasil e liam romances de Jorge Amado, decoravam e recitavam os mesmos poemas (ANDRADE, 1973, p. 14).

⁸ Era uma empresa portuguesa que atuava na área de agricultura durante o período colonial na Guiné-Bissau. Contratado pela essa empresa, Amílcar realizou o trabalho de recenseamento agrícola nessa colônia.



3. AMILCAR CABRAL, O PARTIDO E O POVO NO PROCESSO DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

A constituição de um Partido de Libertação Nacional em Guiné Bissau significou a canalização de esforços através de uma série de ações centralizadas e articuladas. Esse ponto comum, o partido político, figurava então como uma necessidade histórica nos horizontes de luta. Dessa forma, podemos perceber que naquele momento histórico dos anos 1950, uma força social forte era algo premente para a própria garantia da eficácia de uma ação política revolucionária que pusesse fim ao jugo colonial português.

Com efeito, uma luta mais articulada e estratégica foi algo pensado anteriormente pelos integrantes do MING⁹ (Movimento de Independência Nacional de Guiné), sobretudo pelo quadro dirigente desse movimento, com destaque para as figuras de Amílcar Cabral e Aristides Pereira. Sabia-se que uma organização mais efetiva e uma ação política mais prática era uma imposição social, que implicaria no próprio andamento da causa, na independência política de Guiné-Bissau. A insatisfação dos membros do movimento era quase que geral. Dessa forma, julgava-se necessário modificar a atuação de frente de libertação e, tanto Amílcar quanto Aristides tinham como diagnóstico a fraqueza e a dispersão do MING e de sua postura como movimento, e por decorrência, a preponderância de postulados teóricos em relação à luta mais concreta.

Outros acontecimentos convergiram para a **criação do PAIGC** (Partido Africano de Independência da Guiné e de Cabo Verde), em uma tarde de 19 de Setembro de 1956 na casa de Aristides Pereira, em Bissau. A criação do partido refletia um amadurecimento no processo de luta pela libertação e detinha diretrizes mais bem formuladas de ação política estratégica. O partido também significava uma mudança paradigmática de extensão do raio de ação, em outras palavras significou uma maior profissionalização dos quadros técnicos e a conseqüente ampliação das trocas de ajudas mútuas

⁹ Era um Movimento de Libertação Nacional da Guiné constituído por um pequeno número de intelectuais locais e por alguns artesãos e os operários. Uma boa parte dos militantes do MING era funcionário da administração colonial. Foi criado antes da fundação do PAIGC

entre diversos movimentos de libertação política em curso em diferentes países africanos. Solidificou mecanismos que previam uma ajuda financeira dos países solidários a causa libertária do partido, principalmente, os países socialistas, como a antiga URSS, a China e a Cuba. Nessa ótica, o partido lida com uma lógica mais “localista” e com outra mais “internacionalista”, esse trânsito, embora problemático não implicou em descaracterização, pelo contrário possibilitou a efetividade de muitas ações.

A criação do partido solidificou uma série de posturas ideológicas, implicando em um arranjo organizacional fixo (estatuto) que normatizava a ação política, fornecendo elementos comuns, dando maior coerência aos membros e aglutinando forças sociais. Podemos perceber que em termos ideológicos, o nacionalismo¹⁰ fomentava um compromisso de responsabilidade do partido perante o povo guineense e resultou numa consolidação de uma postura intelectual pró-ativa de construção nacional, que envolvia uma série de resgates identitários. O partido então figurava como espaço de reflexão e ação intelectual e também como ferramenta indispensável na consecução da idéia de autonomia e da liberdade através do movimento de luta contra a dominação portuguesa.

Tratando especificamente da figura do intelectual e da sua função, enquanto mobilizador e organizador de uma agenda política, Leclerc (2004) postula que o intelectual é ao mesmo tempo o produto e a fonte de ideologias, ideologias que remontam a uma fusão íntima entre os elementos políticos e culturais. Segundo ele, o século XX marca uma osmose entre o intelectual e o líder político, pois o intelectual como homem da ciência cede o lugar a outro que se lança na política e põe a história no centro de suas preocupações. Há então um elemento norteador nessa luta intelectual, o fascínio pelo modelo explicativo do marxismo, padrão que se impôs a *intelligentsia*, sobretudo na sua vertente político institucional: o partido comunista (LECLERC, 2004, p. 107).

Contextualizando, vemos então que Amílcar Cabral pode ser compreendido como agente eminentemente localizado no campo político, e, portanto sujeito ativo na história através da sua “intelectualidade orgânica”. Mas a sua especificidade diz respeito a sua relação justamente com o corpo organizacional do partido. A sua atuação de certa forma rompe com o dogmatismo partidário clássico e o coloca em um nível de mais autonomia. Em certo sentido a história do partido se confunde com a de Amílcar Cabral, ele se torna, portanto, um dos principais articuladores da ação partidária, dos objetivos políticos que o PAIGC vai estipular nos seus diversos planos de ação. A

¹⁰ O termo "**nacionalismo**" é geralmente usado para descrever dois fenômenos: 1) a atitude que membros de uma nação têm quando eles se importam com sua identidade nacional e 2) as ações que os membros de uma nação tomam quando buscam alcançar (ou sustentar) autodeterminação

existência política de Amílcar sinalizava não só uma diretriz organizativa partidária, mas também uma diretriz nacional através das suas idéias preconizadas. Mais do que tendências políticas ou facções, os ideais do PAIGC representam os desejos sociais de uma nação, de um povo. Nesse sentido, o PAIGC também se confunde com a nação.

Dissertando especificamente sobre o fator cultural da luta, Carlos Lopes mostra a preocupação de Amílcar com o tema cultural (ferramenta importante para a luta de libertação):

“a cultura revela-se como o fundamento do movimento de libertação, e só podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra a dominação estrangeira as sociedades e grupos humanos que preservam a sua cultura. Esta, qualquer que sejam as características ideológicas e idealistas da sua expressão, é um elemento essencial do processo histórico. É nela que residem a capacidade (ou a responsabilidade) de elaborar e fecundar os elementos que asseguram a continuidade da História, assim como determinar as possibilidades de progresso ou regressão da sociedade. Assim – porque uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma a rota ascendente da sua própria cultura, que se nutre na realidade vivente do meio e nega tanto influências nocivas como todas as formas de sujeição a culturas estrangeiras – a luta de libertação é antes de tudo o mais um acto de cultura” (CABRAL apud LOPES, 2004, p. 3).

Assertivas como essas mostram a especificidade e a forma dramática que o nacionalismo africano tomou, servindo de arcabouço teórico para a mobilização e a movimentação dos intelectuais africanos na constituição dessas identidades nacionais. Segundo um diagnóstico do próprio Amílcar, como aponta Lopes (2004), o principal problema africano se dava justamente pela ausência de uma ideologia africana, de um projeto político que refletisse uma identidade africana e que se contrapusesse à lógica de dominação colonial. A idéia de uma inferioridade cultural intrínseca era o principal obstáculo à luta política.

Carlos Lopes ainda vai nos mostrar a relação existente entre os intelectuais africanos e a idéia de construção nacionalista. No cenário tecido por Lopes, o nacionalismo assume uma atuação negativa, sobre esse ponto ele diz que esses intelectuais:

“queriam mostrar as suas diferenças em relação a quem os dominava e nunca as considerou seres iguais. Os intelectuais africanos ficaram sempre presos às suas comparações com a modernidade externa ao mesmo tempo que queriam afirmar-se diferentes. A dimensão nacionalista sempre minou a capacidade crítica. Existem inúmeros exemplos de utilização abusiva do ímpeto nacionalista até com consequências terríveis. Cabral foi um dos raros dirigentes nacionalistas capazes de não confundir o desejo de independência com os exageros pela sua obtenção. Para ele os fins não justificavam necessariamente os meios” (LOPES, 2004, p.5).

A maioria dos intelectuais africanos adota o conceito de modernidade, baseado na idéia de Estado-Nação, pois esse modelo trazia consigo toda uma série de políticas e direitos civis que pressupunham o pensamento moderno. Surge nesse sentido, também, a idéia do pan-africanismo como contraponto à imagem unitária africana. Mas ao contrário do que se pretendia, esse pan-africanismo tomou uma “função ideológica” fraca, servindo como modo de legitimação dos governos pós-coloniais. Por toda essa problemática da unidade africana, surge uma série de limitações. Como aponta Lopes (2004, p. 4), “Jean Copans dizia que não há uma sociologia dos intelectuais africanos. Por essa razão, o que é uma tarefa respeitosa transforma-se em um desafio quando se trata de enquadrar a produção desses mesmos intelectuais”.

Deixando de lado o papel intelectual de Amílcar e centrando na relação do partido com as massas, vemos que o que prevaleceu na estrutura partidária uma idéia de aproximação radical dos quadros internos para com a mobilização das bases. Amílcar já sabia que o sucesso do processo de independência dependeria da efetiva participação da maioria do povo guineense, sobretudo da população analfabeta e rural do país. Era preciso então criar, através da mobilização política, uma consciência pela causa libertária e gerar uma base de pessoas tecnicamente capacitadas e dispostas a executar o projeto revolucionário.

O processo de treinamento entre os quadros internos do PAIGC, que começa antes mesmo da fundação do partido, se intensifica com a sua profissionalização. O processo de formação política era fundamental no sucesso e no comprometimento com a causa. O próprio Amílcar ministrava as aulas teóricas sobre história guineense, idéias políticas, solidariedade, etc. Essa formação intensiva dos quadros técnicos coincide com uma virada paradigmática do PAIGC em 1959: a mudança de uma luta e estratégias por vias democráticas para a luta armada e a tomada do poder pelas formas revolucionárias. Essa mudança foi causada pela intensificação da perseguição política que os membros do PAIGC vinham sofrendo pelo governo salazarista, principalmente com o massacre de 1959, onde foram assassinados mais de 50 trabalhadores do Porto de *Pinjiguiti*. Na secção 5, abordaremos como se deu esse massacre no porto da capital do país. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado-PIDE, do governo português, intensificava a opressão e Amílcar sabia que a via democrática não seria eficaz para a conquista da independência, pois a ditadura de Salazar não dava sinais de concessão pela entrega pacífica do poder a Guiné-Bissau.

Essa virada paradigmática vai mudar definitivamente o cenário das forças sociais em Bissau. Os dirigentes do partido decidem articular as bases e mudam o centro dirigente para Conacri, lugar fora

dos domínios territoriais do país¹¹. Essa articulação só seria possível com a existência de uma estrutura física, essa foi conseguida e serviu de base para o desenvolvimento de toda uma luta posterior. Amílcar compra uma casa em Conacri e decide transformá-la em um centro de operações, tendo esta uma função de albergue, de escola e de centro de formação de pessoal para a luta armada. Sem sombra de dúvidas, essa casa chamada de “lar” pelo PAIGC foi o mais notável centro de resistência colonial já visto. Tanto a organização militar, quanto a própria disciplina partidária possibilitou uma plataforma de ação qualificada.

Como bem ilustra Ignatiev (1975), o “lar” formou centenas de combatentes advindos de vários lugares de Guiné-Bissau. Vários dos futuros dirigentes do PAIGC passaram pela casa e lá gestaram os seus ideais. A existência de um centro de preparação forneceu uma guinada mais qualitativa na busca pela independência. Em um país onde a maioria das pessoas não possuía qualquer tipo de escolaridade, essa formação política foi crucial nos rumos da luta. Amílcar sabia da importância do “lar” e atribuía a ele um peso decisivo, concentrando a maioria de suas atividades para a formação dessas pessoas.

Depois de formados politicamente e identificados com a causa revolucionária, aos membros do partido eram incumbidos vários tipos de atribuições, concentrando principalmente atividades de conscientização e mobilização das classes populares dentro de todo o território da Guiné-Bissau. Essa conscientização, para Amílcar, em especial, seria fundamental para a participação social das massas no processo de independência, o engajamento e a simpatia ao partido seriam cruciais. Dessa maneira, foram formadas várias frentes da luta (norte, sul e leste) que minaram a legitimidade da dominação colonial portuguesa na Guiné-Bissau e abriram caminho para a construção das futuras bases sociais do país.

Vemos então que a relação com as massas foi um processo de suma importância para a eficácia do movimento pela independência política. A participação popular foi construída no interior da própria luta, e foi alicerçada no sentido de construção de uma identidade nacional que suplantasse os grupos étnicos existentes na então colônia e gerasse a união ao invés da dispersão e da defesa de interesses contingente, em torno de um objetivo comum: lutar pela independência. Essa harmonia era esporadicamente “manchada” pelos erros práticos dos próprios membros do partido em suas ações, fato que era repudiado pelos dirigentes do partido. Com efeito, a interação do PAIGC com as massas guineenses se deu mais por uma participação orgânica entre as partes, fruto de uma

¹¹ Conacry é a capital da República da Guiné-Conacry, situada na costa ocidental da África, e faz fronteira com a Guiné-Bissau pelo sul deste país.

necessidade histórica e de um cenário de extrema pobreza e opressão. O sucesso dessa relativa harmonia se deu através do projeto comum para conquista da independência.

Portanto, para situar a luta pela independência na Guiné-Bissau, retomaremos na secção seguinte, aspectos fundamentais da história colonial para compreender a formação do Movimento de Libertação e o processo que possibilitou o nascimento do Estado guineense.



4. CHEGADA DOS PORTUGUESES NA GUINÉ-BISSAU E RESISTÊNCIAS DOS NATIVOS ANTES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO

De acordo com os registros históricos sobre a Guiné-Bissau, o primeiro contato dos portugueses com o trecho do litoral da costa ocidental africana que veio a se constituir mais tarde a província portuguesa da Guiné, se deu a partir do século XV, mais precisamente em 1446, quando o navegador português Nuno Tristão lá aportou vindo da costa senegalesa (AUGEL, 2007, p. 51).

Na época das navegações portuguesas, o império dos mandingas¹² localizado nesse trecho começava a se desintegrar e, no século XVI, deu origem a diversos Estados mais ou menos autônomos, quando a autoridade máxima de imperador foi repartida com alguns vassalos que se proclamaram “mansas”, isto é, reis ou chefes locais. Dentre esses reinados, um dos mais importantes era Kaabú, extensa região que ocupava áreas muito além dos limites da atual Guiné-Bissau (AUGEL, 2007, p.53).

¹² Grupo étnico convertido ao islamismo (*malinkes* ou *mandingas*), que com a queda do império de Mali, estabeleceu o seu poderio que se estendeu a partir desse território até a Guiné-Bissau, formando o poderoso império de *Kaabu*.

Com a degradação do reino de Mali¹³, reino de *Kaabú* se estendia no litoral da África Ocidental, eixo da atração econômica e comercial, de onde partiam os portugueses, que cedo notaram ser vantajoso negociar diretamente com a família real de *Kaabú*, como forma de consolidar a ocupação territorial lusitana. Os portugueses tentavam dominar a sucessão dos reinados tornando o seu poderio colonial cada vez mais forte e fragilizando o império local com a implantação de sua política escravagista. No referido império, segundo Davidson (1975, p. 18), “podem-se comprar escravos à razão de seis ou sete por um cavalo, mesmo um cavalo fraco; também se pode comprar ouro, mas não muito”.

Dos fins do século XVI em diante, o crescente florescimento do comércio escravagista contribuiu decisivamente para a desintegração dos reinos do Oeste africano, com isso facilitando a ação colonialista dos portugueses. Esses introduziram novos produtos, tornando o comércio mais lucrativo, e conseguiram, com isso, incrementar desavenças e rivalidades étnicas. Entretanto, quando se observa o desenvolvimento histórico da região, constata-se que o impacto da administração colonial na Guiné-Bissau, com seus efeitos desagregadores, só se deu de fato a partir do século XIX e início de XX e necessitou de uma acentuada presença militar como apoio ao colonialismo sistemático para poder impor-se pela força e por violenta repressão (AUGEL, 2007, p.54).

Conforme asserção de Davidson (1975, p. 18), a história da presença portuguesa na Guiné-Bissau é muito mais antiga que a história do colonialismo, pois, há muito tempo, ainda antes do fim do século XV, já o modelo ali estava sendo definido pelos portugueses visto que nesta latitude o tráfego transatlântico de escravos viu o seu início.

Por estar localizada ao sul do rio Gâmbia, o nome dado ao território pelos portugueses após a descoberta foi o Rio Grande¹⁴ ou Rios de Cabo Verde. Após a descoberta pelos navegadores portugueses no século acima referido, os séculos sombrios que se seguiram poucas mudanças trouxeram. Os europeus de várias nacionalidades ali estabeleceram pequenos entrepostos e feitorias onde compravam e vendiam o que podiam, enquanto os povos da costa do rio Grande iam recolhendo alguns ganhos e iam tentando resistir à escravização. Mas foi sempre um pequeno

¹³ O **Império do Mali** foi um modelo de organização composto por *mandingas* convertidos ao islamismo, que existiu na África Ocidental entre as décadas de 1230 e de 1600 aproximadamente, a sua organização funcionava como um Estado, onde reinava a dinastia dos Keitas. O mais brilhante *mansa* (rei) desse império foi Sundiata Keita, que morreu por volta do ano 1255.

¹⁴ Após a chegada no litoral da Guiné-Bissau, os portugueses denominavam o território de Rio Grande, isto porque fazia parte de uma longa litoral do sul de Rio Gâmbia.

comércio, que nunca atingiu a grande escala alcançada em muitos outros pontos dessa longa Costa da Guiné (DAVIDSON, 1975, p. 18).

E assim continuaria até a alvorada das ambições imperialistas européias em meados do século XIX, quando o ritmo de expansão começou a acelerar. Como diz Davidson (1975: 19), este vago território, a que os portugueses tinham dado o nome de “Os Rios de Cabo Verde”, foi “concedido” a Portugal (em grande parte devido ao apoio do Governo Britânico, ansioso por conter o avanço francês), e o território passou a ser chamado “**Guiné Portuguesa**” ou simplesmente Guiné. As suas fronteiras, tal ainda hoje existem, foram desenhadas num mapa, por uma convenção luso-francesa, em 1866, e a partir daí os portugueses passaram a ter uma nova colônia¹⁵.

“Mas durante muito tempo tiveram-na apenas em nome. As suas fronteiras ‘limitavam’ um território acerca do qual os portugueses pouco ou nada sabiam, exceto que as suas populações lhes eram hostis, e não possuíam um único posto donde se não ouvisse o ruído do mar. Tornou-se então necessário ‘provar ocupação efetiva’ e ‘pacificar o país’, na fraseologia colonial da época. O que não foi assim tão fácil; os africanos resistiam, seguiram-se as guerras” (DAVIDSON, 1975, 19).

No seu livro cujo título “Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana”, Basil Davidson (1975), enumera várias resistências dos grupos étnicos contra os portugueses. Pretendemos catalogar as mais importantes dessas guerras. Em 1878-1880 os portugueses organizaram uma expedição contra dois povos, os *Felupes* e *Manjacos*, que habitavam a jusante do Rio Grande. Os resultados da campanha foram indecisos, isto é, os portugueses não se apossaram de todo o território, mas bastaram para permitir que os portugueses obtivessem um ponto de fixação. Em 1880-1882, novas campanhas, desta vez contra os *Fulas* e os *Biafadas*. Em 1883-1885 os portugueses atacaram pela primeira vez os *Balantas*.

Segundo Davidson (1969: 19), seguiram-se outras campanhas: contra os *Papéis* (1886-1890), os *Fulas* do *Gabu* (1893), os *Oinkas* (1897), os *Bijagós* (1902), os *Manjacos* de *Churo* (1904-1906), os *Mandingas* de *Geba* (1907-1908), outras vez contra os *Oinkas* (1910-1913, e ainda contra os *Mandingas* de *Churo* (1914) e contra os *Papéis* (1915). Esta ofensiva está relacionada à disputa capitalista entre os países europeus, que levaram a repartição da África ocorrida na Conferência de Berlim, em 1884.

Em 1915, segundo um relato da época, os portugueses viviam na pequena capital de Bissau, “acolhidos à defesa dos muros da cidade, donde ninguém podia sair em segurança para o interior.

¹⁵ DAVIDSON, Basil (1975). **Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa Editora.

Bissau era realmente um campo entrincheirado. As muralhas portuguesas formavam um triângulo, com a base ao longo do mar, e a população vivia dentro dessas muralhas”, fora das quais temiam a vingança dos “aterradores *Papéis*” (DAVIDSON, 1969, p.19).

E, estas campanhas de “pacificação”, segundo indicação de Davidson (1969: 20), continuaram com intervalos de poucos anos até uma data tão tardia como 1936. E mesmo depois desta data continuaram a existir pequenas áreas do país onde os portugueses exerciam um domínio muito frouxo ou apenas espasmódico. Só após cerca de 50 anos de campanhas podiam os portugueses começar a proclamar que tinham estabelecido a “ocupação efetiva” de que tanto se falara durante essa “corrida à África” que foi o Congresso de Berlim de 1884-1885. Davidson continua afirmando que,

“esta longa resistência influenciou decisivamente as atitudes das populações rurais africanas da Guiné; e as populações rurais constituem mais de nove décimos da população total. Para eles, os europeus sempre constituíram um perigo, muitas vezes um perigo cruel, já pelo tráfico de escravos dos velhos tempos, já pelas invasões militares de épocas mais recentes. Todavia, a ocupação portuguesa tornou-se indubitavelmente real quando foi finalmente conseguida. E poderia ter acabado por ser aceite pacificamente, como aconteceu em tantos outros lugares, se não fora a natureza da dominação portuguesa” (DAVIDSON, 1969, p. 20).

Sistemáticas campanhas de “pacificação” ou “domesticação” pelo uso da atividade militar, conforme Hernandez (2005: 510), visavam calar os povos africanos e torná-los submissos à burocracia colonial portuguesa. Esse foi um processo que se definiu pelo exercício da violência física, variando em grau e duração, dependendo de cada um dos territórios.

Durante essas campanhas de pacificação, o tratamento dado aos africanos foi o mesmo em todos os regimes coloniais, norteado pela falta de respeito, brutalidade e a completa desatenção aos direitos humanos básicos. O regulamento de trabalho dos “indígenas” era severo e cruel, estando-se disposto a todo custo a “castigar o gentio rebelde”; também a cobrança de tributos e impostos era exorbitante e arbitrária, os africanos sendo, sistematicamente, cada vez mais excluídos de suas prerrogativas políticas, sociais e econômicas, e tudo isso em nome da “missão civilizadora” (LOPES *Apud* AUGEL, 2007, p. 57)

Por isso, desde o início da expansão colonial que tinha como objetivo propagar a civilização e desenvolver os mercados portugueses através da política de exploração das matérias primas e tráfico de escravos, os portugueses sempre enfrentaram resistências africanas em várias frentes. Os nativos dos diferentes grupos étnicos denominados, principalmente, os *Papéis* e os *Bijagós* nunca se

conformaram com a imposição da política opressiva e autoritária portuguesa, baseada na exploração do homem, violência, tortura, terrorismo e discriminação social.

Sendo assim, ao falar da situação e evolução da luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde, Cabral (1978, p.75), afirma que, a luta do PAIGC é uma continuidade da que foi desenvolvida pelos povos destes países contra os colonialistas portugueses.

“A resistência do povo da Guiné, vencida pela força das armas, nunca cessou de se manifestar: revoltas, resistências passivas, emigrações maciças para os territórios vizinhos e, como no caso nosso irmão Bijagós de Canhabaque, total recusa de pagar o imposto de soberania portuguesa. O nosso povo alcançou grandes vitórias contra a superioridade técnica das armas portuguesas. O nosso povo bateu-se corajosamente, até ao limite das suas forças, contra as tropas portuguesas” (CABRAL, 1978, p. 73).

No caso das Ilhas de Cabo Verde, inúmeras revoltas assinalaram, desde o período da escravatura, o ódio do povo pelo domínio português. Principalmente em Santiago, Santo Antão e São Vicente, o povo ergueu-se várias vezes contra os senhores da terra e contra o domínio estrangeiro, por meio das manifestações, greves e revoltas (CABRAL, 1978, p. 74).

Até 1930, os povos da Guiné rebelaram-se em vários movimentos de resistência. Na concepção de Cabral (1979: 9), a resistência significa destruir alguma coisa, para construir outra coisa. No caso da colonização dos países africanos por Portugal, implica destruir o sistema colonial dos portugueses e construir o novo modelo de Estado africano, que respeita a nossa própria identidade, na base da promoção da justiça, do trabalho e igualdade de oportunidade para todos os filhos da Guiné e Cabo Verde.

No livro intitulado “Análise de alguns tipos de resistência” (1979), Cabral (CABRAL, 1979, p.111), enfatiza que existem quatro tipos das resistências: política, econômica, cultural e armada, que, segundo ele, são respostas à opressão colonial portuguesa, sendo que cada forma de resistência serve como resposta a um tipo de opressão portuguesa: a opressão política, resposta: resistência política; opressão econômica, resposta: resistência econômica; opressão cultural, resposta: resistência cultural; opressão armada, resposta: resistência armada. Foi assim que o PAIGC resistiu desde 1963 até 1973.



5. A LUTA PELA LIBERTAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU: EVOLUÇÃO E SUCESSO

As décadas de 1950 e 1960 foram importantes para o continente africano, pois a maioria dos países conquistou a independência. **Em 1960**, por exemplo, 17 países das colônias francesas e inglesas obtiveram a independência pelos acordos pacíficos. Pelas “ondas de libertação africana”, este ano ficou conhecido como “**ano de libertação da África**”. Enquanto as duas grandes potências coloniais (França e Inglaterra) abriam mão das suas colônias em África, Portugal se posicionava firme em permanecer com a sua política colonial em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé.

Em **setembro de 1956**, encontrando-se discretamente em Bissau, um grupo de africanos decidiu encarnar a história em si mesmo, e criou o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Eram exatamente seis, incluindo Amílcar, que era o espírito condutor; mas todos sabiam para onde iam. Começaram por lançar apelos pacíficos em que pediam modificações sociais e políticas, e apenas obtiveram como resposta o silêncio e uma repressão cada vez maior. Sete anos mais tarde, em Janeiro de 1963, o partido resolveu tomar outro rumo da luta: revolta armada.

Vale a pena discorrer sobre alguns antecedentes sangrentos que culminaram com as guerras de libertação nos territórios da colônia portuguesa em África. Nos finais da década de 1950 do século passado, nos referidos territórios, como apontam Andrade (1973), Ignatiev (1975), Carvalho (2010), aumentavam-se insurreições e sangrentos massacres aconteciam contra os africanos que revoltavam:

- Em 1953, o povo de São Tomé revoltou-se, uma revolta que teve como resultado o massacre de mais de 1.000 santomenses, numa população de 60.000 pessoas;

- A 3 de Agosto de 1959 em Bissau (Capital da Guiné-Bissau) deu-se a insurreição do Cais de Pindjiguiti, onde os colonialistas portugueses massacraram 50 trabalhadores guineenses em greve. Esta repressão denominada “**massacre de Pindjiguiti**”, aconteceu numa altura em que os trabalhadores do porto reivindicavam melhores condições do trabalho e aumento salarial;
- Em Janeiro de 1961, o massacre da Baixa de Cassange em Angola (um dos mais violentos massacres perpetrados pelo sistema colonial); no dia 4 de Fevereiro de 1961, a invasão do presídio militar de Luanda liderada pelo nacionalista cônego Manuel Mendes das Neves (na tentativa de libertar os presos políticos) provocou, pela reação portuguesa, um clima de grande tensão (com repercussões internacionais); e, por último, a 15 de Março de 1961, o massacre dos colonos no norte de Angola, vítimas do ataque da UPA (União das populações de Angola, liderado por A. Holden Roberto).

Esses massacres resultam na antecipação do rebentar da guerra colonial portuguesa em 4 fevereiro de 1961 em Angola. A Historiografia aponta 23 de Janeiro de 1963 para a Guiné-Bissau e 19 de setembro de 1964 para Moçambique, como sendo as datas do início da luta de libertação nacional (CARVALHO, 2010).

As reivindicações dos africanos e o trabalho das suas organizações de resistência, obrigada à clandestinidade, originaram severas repressões acima referidas. Tudo isso se praticava, segundo Cabral (1978: 58), em nome da “Civilização e Cristandade”, pelo mais retrógrado dos sistemas coloniais. Com relação à lei de civilização, Cabral (1978, p. 59), ironizava afirmando que, se Portugal conseguisse ter uma “influência civilizadora” sobre qualquer povo seria uma espécie de milagre, isto porque era um país subdesenvolvido com 40% de analfabetos e o seu nível de vida era o mais baixo da Europa.

Com a instalação da polícia política (PIDE) nos finais da década de 1950, começou a caça aos nacionalistas africanos. A PIDE desencadeou uma onda de repressão que conduziu às mortes, às prisões políticas. Milhares de nacionalistas estavam encarcerados nas prisões da PIDE pelo crime de quererem a liberdade do seu país (CABRAL, 1978, p. 59).

Será que querer a liberdade é um crime? Caça aos nacionalistas, de certa forma, deu certo, pois Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, entre outros tombaram nas ciladas e foram executados, mas isso não impediu o avanço da luta pela libertação, tanto na Guiné assim como em Moçambique.

Perante esse cenário da postura severa do governo português, o PAIGC tinha apenas duas opções: ou conformar com o sistema colonial ou lutar pela independência. Mesmo conscientes de que o regime colonial português, pela sua característica, jamais aceitaria um acordo pacífico pela independência da Guiné e Cabo Verde, os dirigentes do PAIGC não precipitaram em recorrer ao uso da violência para a solução colonial. Por isso, através de memorandos, notas abertas e mensagens enviadas ao governo Salazar, o PAIGC fazia apelos para que o governo português resolvesse o conflito pela via pacífica.

Quando em 15 dezembro de 1960, na XV sessão da Assembléia Geral da ONU, foi aprovada a Carta que reconhecia o direito de todos os países à autodeterminação, declarando que o governo português, de acordo com os estatutos da ONU, era obrigado a apresentar relatórios sobre a situação nos seus territórios coloniais, Portugal apressou-se a modificar a sua Constituição; substituiu o termo “colônia” por “província ultramarina”, o que permitia afirmar que não havia colônias nem, por conseguinte, relatórios a apresentar sobre os “territórios africanos” (CABRAL, 1978, p. 57).

O PAIGC, por sua vez, Como indica Ignatiev (1975: 149), enviou às autoridades portuguesas um *memorandum*, propondo o início imediato de conversações sobre a concessão da independência. O governo de Salazar nem pensou em responder a este apelo. E agora, enviando o *memorandum* à ONU, o PAIGC publicava também uma nota aberta ao governo de Portugal, propondo mais uma vez a negociação da entrega pacífica do poder ao povo da Guiné “portuguesa” e das ilhas de Cabo Verde, de acordo com as propostas anteriores, cumprindo desta maneira os princípios da autodeterminação dos povos, proclamados pela ONU. O PAIGC propôs a realização de uma conferência entre os representantes do governo português e representantes dos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, com a seguinte ordem de trabalho:

- a) Autodeterminação e independência nacional dos povos da Guiné e Cabo Verde.
- b) Colaboração entre o povo português e os povos da Guiné e Cabo Verde.

O PAIGC advertia que, publicando essa nota aberta, o Partido fazia a última tentativa junto do governo português para a liquidação pacífica da dominação colonial nas suas pátrias africanas e que, se o governo português insistisse em não reconsiderar a sua posição, o PAIGC cumpriria a sua missão histórica, desenvolvendo a luta de libertação nacional, respondendo com a violência às forças colonialistas portuguesas e liquidando completamente, por todos os meios, a dominação colonial na Guiné e em Cabo Verde (IGNATIEV, 1975, p. 149).

A tática que visava a obtenção da independência por vias pacíficas não trouxera os frutos desejados. Entre 1956 e 1963, o partido tentou várias vezes uma saída negociada do colonialismo. Cabral sublinhou que o PAIGC foi obrigado a optar pela violência, pois, se tivesse o governo de Salazar optado por uma negociação pacífica, a guerra dificilmente teria sido uma realidade (CABRAL *Apud* CARVALHO, 2010).

Na perspectiva de Cabral, a violência deveria ser usada de forma racionalizada, controlada e direcionada. Este concebia o uso da violência como forma de resistência, uma vez que reconhecia no sistema colonial uma forma permanente de violência institucionalizada. O PAIGC selecionava as ações violentas em função de objetivos estratégicos, através de técnicas subversivas próprias, mas também através de apropriações de experiências alheias de outros contextos (tendo sempre em vista a realidade concreta da luta armada). Essas experiências, por sua vez eram muito tributárias (numa fase inicial da luta) das influências doutrinárias da revolução cubana (na implantação da guerrilha) e também do Maoísmo, especialmente no que toca à teoria do cerco da cidade a partir do Campo (CABRAL *Apud* CARVALHO, 2010).

Não é por acaso, que nos primeiros anos da guerra da Guiné, especialmente (1961 a 1963), Forças Armadas colonialista ressentiram-se muito dos resultados dessas formas subversivas de violência bem como da destruição de canais de transportes terrestres e marítimos, e de vias de comunicações, do cerco dos centros urbanos através de eletrificação com arames farpados, sabotagem econômica, etc. (CABRAL, 1977, p.37).

O ano de 1963 ficará na história do povo da Guiné como o do começo da luta armada contra as forças colonialistas. Com efeito, foi no dia 23 de janeiro desse ano que, estando preenchidas as condições essenciais a uma mudanças radical da nossa luta, os nossos combatentes, apoiados pelo nosso povo, desencadearam a ação armada contra o quartel do Titi (zona sul do país) (CABRAL, 1977, p. 37).

Seis meses após o início da luta armada já se podia fazer o balanço de alguns resultados. Todas as regiões do país, situadas a sul do rio Geba e rio Corubal estavam libertadas dos colonialistas. Em julho as operações militares abrangeram o território situado a norte do rio Geba. O PAIGC abriu a Frente Norte. O Ministro da Defesa Nacional de Portugal, general Gomes de Araújo, foi obrigado a reconhecer que os combatentes do PAIGC ocupavam e controlavam uma parte considerável do território, que, de acordo com as suas estimativas, constituía cerca de 15% de toda a área da Guiné

“portuguesa”. Em Lisboa decidiram aumentar o efetivo das tropas naquela colônia (IGNATIEV, 1975, p.164)

Apesar dos grandes reforços das forças colonialistas vindos de Lisboa, que totalizavam cerca de 25.000 homens no início de 1961 (tropas de terra, mar e ar, polícia e corpos armados especiais), e reforços materiais em toda espécie, nomeadamente, bombardeiros americanos B26 e caças alemães a reação (Fiat 91), para fazer face à intensificação da ação dos nacionalistas do PAIGC e suprir as pesadas baixas sofridas no decorrer da década de 1960, as autoridades colonialistas portuguesas não tinham conseguido parar a marcha vitoriosa da luta armada guineense, encontrando-se cada vez mais numa situação de impasse (CABRAL, 1988, p. 5).

Se considerarmos que, no início de 1961, as tropas portuguesas totalizavam cerca de mil homens e que o seu aumento (vinte e cinco vezes), além de não ter feito parar o avanço triunfante da nossa luta, também não evitou situação difícil a que os levamos, verificamos a amplitude do impasse em que se encontram as autoridades colonialistas (CABRAL, 1988, p. 5).

Ainda com o aumento gigantesco dos soldados portugueses no decorrer do desenvolvimento da luta armada, a asseveração de Woollacott (1983), demonstra que isso não surtiu efeitos esperados pelo regime fascista de Salazar,

“a eclosão da luta armada na Guiné-Bissau se deu a partir de 1963, tendo rapidamente alcançado algumas vitórias notáveis. ‘A **batalha pelas Ilhas de Como**’, nos inícios de 1964 – provavelmente o acontecimento militar mais importante das guerras africanas, representou um momento decisivo de grande alcance. Durante mais de três meses, o exército português lançou ataques sucessivos sobre as ‘Ilhas Como’, na tentativa de se assegurar uma base estratégica, a partir da qual pudesse atacar a frente sul do PAIGC. Esta operação foi, todavia, um insucesso, constituindo um sério revés militar e psicológico para o colonialismo português e um enorme esforço para o moral e a determinação do PAIGC. Os efetivos do exército colonial na Guiné foram, subseqüentemente, aumentados para um total de 30.000 homens armados – para controlar uma população ‘nativa’ que não ultrapassava o meio milhão. Mesmo assim, o PAIGC encontrou-se em posição de anunciar em 1966 que controlava dois terços do território nacional e de declarar que a Guiné era um Estado em desenvolvimento, estando um terço do seu território a ser objeto de uma agressão imperialista, semelhante à que se verifica no Sul do Vietnam” (DAVIDSON Apud WOOLLACOTT, 1983).

No fim de 1966 o exército do PAIGC realizou com êxito uma série de operações contra guarnições inimigas. Durante um dos ataques ao forte português de **Madina de Boé** foi morto o membro do Comité Político do PAIGC, Domingos Ramos. Foi uma perda muito importante para o partido e para as forças armadas. Ao fim deste ano, tinha-se libertado 60 % do território, com quase 50% da população. Uma prova da gravidade da situação para os colonialistas portugueses era que entre 1961 e 1966 as forças coloniais portuguesas tinham aumentado os efetivos em 25 vezes (1966:

25.000 homens) e mudado 6 vezes de Chefe de Estado Maior. Cada vez mais isolado, cercado por todos os lados, atacado sem descanso, o inimigo era obrigado a abastecer alguns dos seus campos entinchados pela via fluvial e aérea. A sua única manifestação de força eram os criminosos ataques aéreos que fazia contra as aldeias pacíficas das regiões libertadas, em alguns assaltos com helicópteros às populações, pilhando as aldeias, destruindo as casas e as culturas e matando a população (IGNATIEV, 1975, p. 180).

O início de 1968 foi marcado por novos êxitos militares do PAIGC. No dia 19 de fevereiro, o destacamento sob a direção de **André Gomes** bombardeou o aeroporto de *Bissalanca* da cidade de Bissau, destruindo alguns aviões militares do inimigo. Esta operação exerceu uma grande influência desmoralizante sobre as unidades portuguesas que se convenceram de que já não se podiam sentir também em segurança na região da capital do país (IGNATIEV, 1975, p. 182).

O regime Salazarista estava extremamente preocupado com os fracassos que o exército colonial português sofria no território da Guiné “portuguesa”. Em Lisboa decidiram substituir o governador geral. Em maio de 1968 foi designado para o cargo de governador geral e comandante chefe das forças armadas na Guiné o general **António de Spínola**. Um ano meio mais tarde, Amílcar Cabral, falando num seminário dos quadros do partido em Conacry, referiu-se ao general Spínola nos seguintes termos: [...] o governador de Bissau faz declarações em que afirmou que já não podem ganhar esta guerra pela força das armas, que têm de ganhá-la pela força da razão (IGNATIEV, 1975, p. 182).

Na interpretação de Cabral, a “força da razão” queria dizer malandrice, manha, bombardeamento das nossas tabancas, destruição pelo fogo das nossas colheitas de arroz, sem dizer a ninguém que queimam, assassínio da nossa gente nas tabancas com ataques de helicópteros, fingindo que defendem essa. Outra “guerra da razão” era preparar o agente da PIDE, colaborar com os dissidentes do PAIGC, tanto dentro como fora da Guiné, para matar os dirigentes deste partido, como veio acontecer com o assassinato de Amílcar em Conacry, porque Spínola estava convencido de que se os dirigentes do partido morressem, a luta acabaria (IGNATIEV, 1975, p. 183).

Nesta ocasião de seminário dos quadros do partido, Cabral denunciou os crimes cometidos pelo general Spínola em Portugal, na época em que era chefe da Guarda Nacional Republicana, matando os portugueses a tiro, quando se revoltavam contra Salazar e outros crimes cometidos em Angola, quando era comandante de Cavalaria, massacrando as populações angolanas. Cabral chamava atenção aos povos da Guiné, que Spínola era um homem criminoso, com as mãos cheias de sangue,

fingindo que era um homem de paz. Assim, os povos da Guiné precisavam estar vigilantes em todo o lado (IGNATIEV, 1975, p. 183).

Depois de o general Spínola ter chegado à Guiné, elaborou dois planos. O primeiro deles estava relacionado com a realização de um programa a que ele chamou da “**Guiné Melhor**”. A essência deste programa consistia em atrair a população das regiões ocupadas para o lado das autoridades portuguesas através de uma tentativa corajosa de liberalização política, de reforma social e de desenvolvimento econômico. Desta forma, elaborou-se um projeto de construção de escolas, hospitais e estradas que nunca antes existiam, iniciou-se uma campanha de alfabetização, organizaram-se cooperativas agrícolas e colocou-se dinheiro à disposição de alguns camponeses agricultores. Ironicamente, Amílcar definia este projeto de Spínola como a “política de sorriso e de sangue”. Além disso, deu-se início à formação de unidades militares especiais, de habitantes locais. Ainda em outubro de 1967 o PAIGC tinha começado a distribuir armas entre os habitantes das regiões libertadas do país. Chegado à Guiné, o general decidiu tomar contra-medidas, criando unidades armadas de africanos e obrigando-as a combater contra os seus irmãos . Isso era uma espécie de variante portuguesa da tática americana de “vietnamização” (IGNATIEV, 1975, p. 183)

Tendo em conta as afirmações de Ignatiev, em relação ao primeiro plano, podemos interpretar as políticas públicas desenvolvidas e/ou materializadas durante a era de Salazar, como uma forma de “guerra da razão”, na medida em que visava submeter os jovens guineenses da cidade através de ações sociais particulares, colocando-os na frente da luta contra os seus próprios conterrâneos. Portanto, a “guerra da razão” de António de Spínola são conjuntos de ações sociais materializadas e estratégias desenvolvidas para conter os sucessos dos guerrilheiros do PAIGC, evitando o vexame do poderoso governo de Salazar.

O segundo plano referia-se aos aspectos puramente militares. Reforçar o moral e a eficácia do exército colonial, na tentativa de estabelecer um “equilíbrio militar” com as guerrilhas. Então, Spínola ordenou a criação na fronteira da Guiné “Portuguesa” com a República da Guiné Conacri de uma série de fortes para tentar bloquear a fronteira e não permitir o transporte de materiais para o sul das regiões libertadas (IGNATIEV, 1975, p. 183).

Com os êxitos dos guerrilheiros nos finais da década de 1960, o objetivo final da política de Spínola era o de forçar o PAIGC a negociar, para conseguir um honroso acordo político que evitasse a humilhação de uma derrota militar total. Acalentava o “sonho louco” de chegar a um acordo com o PAIGC, o qual conduziria à incorporação do pessoal político e militar do movimento no existente aparelho estatal colonial – sob a sua benigna chefia, evidentemente, como um dos dois secretários gerais (WOOLLACOTT, 1983, p. 1136).

Era impossível que esse objetivo fosse uma realidade, porque o PAIGC queria uma independência total do território da Guiné, não uma forma de neocolonialismo a ser dirigido por Spínola.

E mais, projeto de Spínola preconizava a criação de uma comunidade lusíada, uma Federação de Estados semi-autónomos unidos por uma língua comum e por interesses econômicos “complementares”. Era um projeto apoiado pelos principais grupos monopolistas portugueses (Melo, Champalimaud, etc.), por multinacionais que operavam em Angola e Moçambique, pelos Estados Unidos e ainda pela maioria dos governos ocidentais (WOOLLACOTT, 1983, p. 1142).

Perante esse cenário da supremacia do PAIGC, no dia 1 de janeiro de 1973, Amilcar dirigiu a sua já tradicional mensagem de Novo Ano ao povo da Guiné-Bissau, em que esboçou um amplo quadro da situação no país e das perspectivas da luta pela independência:

“Vamos, no decurso deste ano e tão cedo quanto for possível e conveniente, reunir a Assembléia Nacional Popular da Guiné, para que ela cumpra a primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação do nosso Estado, a criação dum executivo para esse Estado e a promulgação duma Lei Fundamental – a primeira Constituição da nossa história – a qual constituirá a base da existência ativa da nossa nação africana”. Esta foi a última mensagem de Amilcar ao seu povo. Pois, vinte dias depois, em Conacri, um grupo de conspiradores que se encontravam ao serviço da PIDE assassinou barbaramente o secretário-geral do PAIGC, Amilcar Cabral” (IGNATIEV, 1975, p. 195).

Os colonialistas portugueses calculavam que, matando Amilcar Cabral, semeariam o pânico no PAIGC, minariam a capacidade do povo da Guiné-Bissau de continuar a luta armada. Mas, enganaram-se redondamente. Naquele momento o partido já estava tão estreitamente ligado à população, tinha lançado raízes tão profundas entre o povo, que a morte do seu fundador, embora tivesse constituído um rude golpe, não fez fracassar a causa a que Amilcar dedicou toda a sua vida. Com a morte de Amilcar as forças armadas do PAIGC intensificaram os ataques ao inimigo. De março a setembro de 1973, a defesa anti-aérea do PAIGC abateu mais de 40 aviões inimigos. As guarnições portuguesas eram destruídas uma após outra, libertavam-se novas áreas (IGNATIEV, 1975, p. 196).

Desenvolvendo a ofensiva na Guiné-Bissau, o PAIGC ampliava também a arena da luta nas ilhas de Cabo Verde. Em consequência do trabalho realizado pelo PAIGC, tanto nos centros urbanos como no campo, a situação política mudava-se radicalmente em Cabo Verde. O conhecimento das vitórias do Partido na Guiné-Bissau exercia também uma certa influência neste sentido. A revolta dos camponeses de Santo Antão, as greves de estudantes de liceus em São Vicente, a greve dos operários das docas de Porto Grande em São Vicente, que exigiam e conseguiram um aumento de

salários, os choques constantes entre a população e as autoridades, a adesão crescente dos caboverdianos aos ideais do PAIGC (IGNATIEV, 1975, p. 187).

6. FATORES QUE POSSIBILITARAM OS SUCESSOS DA LUTA ARMADA NA GUINÉ

Os fatores históricos e geográficos, como diz Woollacott (1983, p.1133), foram certamente mais favoráveis ao desenvolvimento da luta de libertação na Guiné do que o foram em Angola ou em Moçambique: a maior parte do interior do país era inacessível aos portugueses, fornecendo um excelente terreno para o combate de guerrilha, e a independência da Guiné-Conacry em 1958 e a do Senegal em 1960 proporcionaram ao PAIGC um refúgio seguro ao norte, ao leste e ao sul, bem como valiosas bases tanto para treinamento militar como para fornecimento de material bélico, emissões de propaganda, etc.

Graças à hostilidade do ambiente físico e do clima, à falta de recursos naturais e às prolongadas resistências das populações indígenas à colonização, os portugueses nunca conseguiram estabelecer um verdadeiro e extensivo domínio colonizador na Guiné, onde as contradições tribais e de classe eram, porventura, menos pronunciadas do que, por exemplo, em Angola. Todavia, a principal razão do sucesso do PAIGC deve imputar-se à qualidade da sua organização política e da sua liderança e, em particular, às extraordinárias capacidades do seu secretário-geral, Amílcar Cabral (WOOLLACOTT, 1983, p. 1133).



7. A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E “REVOLUÇÃO DOS CRAVOS” EM PORTUGAL

O ano de 1970 pode ser considerado como um ano de mudança do contexto político de Portugal. Nesse ano, o fascismo português colocou-se num isolamento profundo. Até mesmo uma série de países ocidentais começou a pedir contas ao regime de Lisboa. De 27 a 29 de junho, do mesmo ano, realizou-se em Roma uma conferência internacional de solidariedade com os povos das colônias portuguesas. Esse acontecimento teve uma grande importância para os movimentos de libertação nacional, pois a Itália era um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO). E, como se sabe, precisamente os países membros da NATO – acima de todos estava os Estados Unidos –, prestavam apoio a Portugal fascista, graças à qual Lisboa podia manter as guerras coloniais em África (IGNATIEV, 1975, p. 189).

No dia **24 de setembro de 1973**, na região de *Madina do Boé*¹⁶ reuniu-se pela primeira vez a Assembleia Nacional Popular (ANP)¹⁷. E, tudo correu como tinha previsto Amílcar Cabral. A ANP proclamou a formação do Estado, isto é, proclamou solenemente a independência da nova República da Guiné-Bissau. Em seguida, aprovou a primeira constituição histórica do país e criou os órgãos do poder executivo. No final do mês de outubro (um mês depois da proclamação), a independência da Guiné-Bissau já era reconhecida por mais de 70 Estados soberanos. A União Soviética e o Brasil se posicionam entre os primeiros países a reconhecer a Guiné-Bissau. Em novembro, as Nações Unidas, que tinha já reconhecido o PAIGC como “o único e autêntico representante do povo da Guiné”, convidaram Portugal a pôr termo à sua “ocupação ilegal” na recém-República da Guiné e a retirar imediatamente as suas tropas.

Recordemos que, no final de 1973, a difícil situação de guerra na Guiné “portuguesa” resultou em ruptura do poder militar português face às orientações políticas de Marcelo Caetano, sendo que a

¹⁶ Região situada na zona sul da Guiné-Bissau.

¹⁷ Assembleia Nacional Popular é um Órgão Supremo Legislativo de Soberania do Povo Guineense.

primeira reunião de preparação da operação que veio a culminar na “revolução dos cravos” ocorreu em Bissau, a 21 de Agosto de 1973, e que quase todos os destacados líderes da insurreição do 25 de Abril passaram pela Guiné durante a Guerra Colonial – a saber: Otelo Saraiva de Carvalho; Vasco Lourenço; António de Spínola, entre outros. Por esses motivos são historicamente conhecidos como “Rapazes da Guiné” (CARVALHO, 2010).

A **25 de abril de 1974**, o exército e o povo derrubaram o odioso regime fascista em Portugal. Isso significou o fim irrevogável da infame guerra colonial em África. Esse acontecimento importante ficou conhecido como **Revolução dos Cravos**¹⁸. Podemos dizer que Amílcar Cabral, com toda a sua atividade, não só conduziu o seu povo à independência, mas também contribuiu muito para a liquidação do regime fascista em Portugal (IGNATIEV, 1975, p. 196).

Portanto, o colonialismo português na Guiné foi derrotado em todas as frentes: militar, política e diplomática. Nos planos político e diplomático, regime lisboeta foi completamente derrotado através das denúncias e intervenções feitas por Amílcar nas Conferências Internacionais, nas Comissões dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no Congresso Americano e na IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Assim, o fascismo português sofreu uma derrota não só militar, mas também moral. Em muitos países realizaram-se manifestações populares e comícios. Aos representantes das embaixadas portuguesas foram entregues notas em que se condenavam severamente os novos crimes dos colonialistas.

Na concepção de Cabral, a luta não era contra o povo português, muito menos contra o fascismo português, embora soubesse que o fim do colonialismo em África resultaria no fim do regime fascista em Portugal, o que exatamente acabou por acontecer quando General Spínola e Movimento das Forças Armadas Portuguesa (MFA) organizaram a “revolução do abril” e derrubaram o governo fascista de Caetano Marcelo. O golpe se concretizou depois da morte de Salazar.

Cabral reafirmava que era necessário perceber a distinção entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal, e apelava para que os povos da Guiné e Cabo Verde não lutassem contra o povo português, mas que lutassem até a vitória final contra os colonialistas portugueses. Segundo ele, a destruição do fascismo em Portugal deve ser a obra do povo português; a destruição do colonialismo português deve ser a obra dos nossos próprios povos (CABRAL, 1978, p. 72),

¹⁸ A **Revolução dos Cravos** em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, foi movimento que derrubou o regime salazarista e estabeleceu as liberdades democráticas, permitindo as necessárias transformações políticas e sociais nesse país, consequentemente, a libertação total das colónias portuguesas em África, nomeadamente, Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

25 de abril em Portugal esclarece que Cabral estava consciente das íntimas relações entre o colonialismo e o fascismo português. Isto porque, os colonialistas e a exploração colonial estavam seguramente na base de apoio e motivação do fascismo português. De acordo com Cabral,

“se a queda do fascismo em Portugal pode não levar o fim do colonialismo português – hipótese que é, aliás, apresentada por alguns dirigentes da oposição portuguesa – temos certeza de que a liquidação do colonialismo arrastará a destruição do fascismo em Portugal. Com a nossa luta de libertação contribuimos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade” (CABRAL, 1978, p. 72).

Os extraordinários sucessos políticos, militares e diplomáticos da luta de libertação nacional empreendida pelo PAIGC haviam colocado, em 1973, o intransigente regime de Lisboa num beco sem saída. Esse partido, embora não fosse o seu objetivo principal, prestou um contributo inestimável à luta pela deposição da burocrática ditadura de Portugal e à criação de uma sociedade democrática nesse país. No geral, as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau constituíram a causa principal do colapso final da ditadura salazarista.

Portanto, o golpe de 25 de abril em Portugal não só foi significativo para o término de uma longa jornada do regime fascista em Portugal, mas também para o fim do colonialismo na Guiné-Bissau e nos restantes dos países africanos da colônia portuguesa. Este fato resultou na fraqueza do sistema colonial e consequente retirada dos soldados portugueses nos territórios africanos e no reconhecimento da independência desses territórios, no período de 1974 a 1975.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao caráter mobilizador de Amílcar Cabral, mostramos que isso se baseava em alguns aspectos que podemos resumir em seguinte – ele tinha convicção de que a libertação nacional dependeria prioritariamente do engajamento popular ao movimento. Desta forma, se desvelava a incentivar o desenvolvimento de uma “cultura nacional”, e assim, construir uma identidade nacional num cenário tão pluricultural. Reforçava a ideia de que devemos levar em consideração os fatores sociais e econômicos pela qual a sociedade guineense vivia naquele momento. Cabral tinha plena ciência desses dois fatores, principalmente do segundo, estruturando sua linha de pensamento nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Para ele, os aspectos econômicos e espirituais da sociedade interferiam nas relações sociais, uma vez que o indivíduo reage, quando falamos em identidade, em virtude do nível de destruição da estrutura social a qual ele esteja imerso.

Um fator chave no entendimento do movimento pela independência de Guiné-Bissau encontra-se na posição a qual a pequena burguesia se encontrava. Essa composta por uma classe de serviços, sem poderes industriais ou financeiros, que não orientava nem para a produção, nem para a invenção. Em razão da posição marginal a qual esta classe foi relegada pelos portugueses, surge o interesse desse setor pelo engajamento ao movimento liderado por Amílcar Cabral, originário desse estrato social.

No entendimento de Amílcar Cabral a pequena burguesia naquele contexto histórico e social é quem teria a força revolucionária e, por conseguinte, encabeçaria o movimento. Tal classe se sobressai no movimento não pelo poder econômico, mas pelo aparato intelectual. Lopes (1987) mostra que, na concepção de Cabral, a pequena burguesia compreendia os seguintes estratos e categorias sociais – elites intelectuais africanas, funcionários “assimilados”, membros de profissões liberais; empregados contratados pelo comércio e pequenos proprietários agrícolas.

No que se refere à ideologia de Cabral, demonstramos que, ele a organiza em quatro pontos fundamentais: a assimilação dos elementos tradicionais num conjunto coeso; a abolição do colonialismo e da dominação imperialista; a luta armada e o seu caráter militante e revolucionário como fator de transformação social e, finalmente, o desenvolvimento estrutural previsto para o pós-independência. Sobre a ideologia adotada pelo PAIGC, Cabral (1978: 51) dizia, “nossa ideologia é o nacionalismo, para conquistar a nossa independência, absolutamente, e fazer tudo o que pudermos com as nossas próprias forças; mas cooperar com todos os outros povos em ordem a realizar o desenvolvimento do nosso país”.

Na tentativa de responder as nossas questões de pesquisa é que recorreremos a vários autores e fizemos uma análise a partir do pensamento de Amílcar Cabral sobre os acontecimentos históricos, políticos e sociais da Guiné-Bissau. Após esse esforço, chegamos a constatar alguns aspectos que nos ajudam a refletir sobre como Amílcar Cabral conseguiu mobilizar etnias distintas em um único projeto da luta pela independência. Acima de tudo, Cabral era um intelectual que carregava no seu discurso ideológico uma clareza impressionante no que concerne à penetração na consciência das massas. Ele sabia bem que para a viabilidade de um movimento forte que tivesse força suficiente para enfrentar os colonos portugueses, teria que aglutinar diferentes culturas em um só objetivo, na criação de uma nova identidade unificada. Sua principal “arma”, nesse intuito, foi conseguir atrair a pequena burguesia, artesões, operários e camponeses (trabalhadores rurais) para aderir no

Movimento de Libertação Nacional. Dessa forma, o poder com que as palavras saíam da boca de Cabral e ecoavam nas mentes de um povo ávido por liberdade se traduziram na luta armada que resultou na independência de Guiné-Bissau.

Portanto, é vasta a literatura sobre a presença portuguesa na ex-colônia africana, mais precisamente, em Guiné-Bissau. Assim, selecionamos as literaturas de teóricos nacionais e estrangeiros que representamos nas análises mais profundas sobre o processo da luta armada pela independência desse país. Entre esses autores que se debruçam sobre esse processo, analisamos aqueles que, com base nas teorias marxistas, buscam compreender os conflitos ideológicos e armados para libertação na Guiné-Bissau, entre os quais, Amílcar Cabral, John Woollacott, Mário Pinto de Andrade, Basil Davidson, Oleg Ignatiev e Carlos Lopes. Buscamos também compreender até que ponto Amílcar Cabral foi influenciado pelos teóricos da linha marxista, entre os quais Antonio Gramsci e Gérard Leclerc. Diante disso evidenciamos o papel fundamental que Amílcar Cabral, como intelectual e militante, teve no processo de independência possível a partir de um discurso e construção de uma identidade nacional em oposição ao colonialismo português.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mario de (1973). *A geração de Amílcar*. Bissau: Instituto Amizade.

AUGEL, Moema Parente (2007). *O Desafio do Escombros*: Nação, identidade, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond.

BEIRED, J. L. B. *A função social dos intelectuais*. In: **AGGIO**, Alberto. **Gramsci: A vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. (p. 121-132)

CABAÇO, José Luiz (2010). *Moçambique*: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP.

CABRAL, Amílcar. *Arma da Teoria*: unidade e luta. In ANDRADE, Mário (org). Portugal: Seara Nova, 1975.

_____. *A ação armada e os métodos militares*. Portugal: Avante, 1988.

_____. *Análise de alguns tipos de resistência*. Bolama: Imprensa Nacional, 1979.

CARDOSO, Carlos (s/d). *Revisitando pensamento de Amílcar*. Disponível em: http://www.didinho.org/revisitando_o_conceito_de_desenv.htm. Consultado em 10/03/2010.

CARVALHO, Hermenegildo (2010) *Revisitar Amílcar Cabral, Fundamentos da sua liderança*. Disponível em <http://pro-africa.org/revisitar-amilcar-cabral-fundamentos-da-sua-lideranca/>. Consultado em 13/04/2011.

DAVIDSON, Basil (1978). *A política da luta armada*: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal. Lisboa: SARL.

HERNANDES, Leila Leite (2005). *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro.

IGNATIEV, Oleg (1975). *Amílcar Cabral*: o filho de África. Lisboa: Prelo.

LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. Rio Grande do Sul: Editora UNISINOS, 2004.

LOPES, Carlos (2004). *O legado de Amilcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea*. Consultado em 12/03/2010. Disponível: <http://www.didinho.org/legado_de_amilcar_cabral_face_ao.htm>
LOPES, Carlos (1987). *A transição histórica na Guiné-Bissau*: do movimento de libertação nacional ao Estado. Bissau: INEP.
WOOLLACOTT, John (1983). *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. Disponível em: <http://didinho.org/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>. Consultado em 21/03/2010.

DOCUMENTOS OFICIAIS & SITES CONSULTADOS

O acordo de Argel entre o governo português e o PAIGC. Diário do Governo - Portugal. Disponível em: <http://www.didinho.org>. Consultado em 24/03/2010.
Memorandum enviado ao governo português: Partido Africano da Independência (Guiné e Cabo Verde). Disponível em: <http://www.didinho.org>. Consultado em 24/03/2010.

<http://www.coladaweb.com/historia/descolonizacao-da-asia-e-da-africa>

<http://www.didinho.org>

http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/custos/custosguerra.swf

<http://pro-africa.org/revisiting-amilcar-cabral-fundamentals-of-his-leadership/>

<http://memoria-africa.ua.pt/introduction/tabid/83/language/pt-PT/Default.aspx>

http://www.didinho.org/fotografias_de_amilcar_cabral.htm

<http://www.google.com.br/search?q=fotos+de+amilcar+cabral>



www.didinho.org